



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PARECER DO COMITÊ DE TERMO DE COMPROMISSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM 19957.000803/2023-98

SUMÁRIO

PROPONENTE:

GUILLAUME MARIE DIDIER GRAS

ACUSAÇÃO:

Suposta infração, em tese, ao disposto no art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/1976^[1], e aos artigos 3º e 6º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 44/2021^[2] (“RCVM 44”), ao não divulgar tempestivamente Fato Relevante informando a aprovação, em reunião do Conselho de Administração realizada em 5/9/2022, da continuidade de estudos e de início de preparação de transação concernentes à segregação de negócios da controlada Almacenes Éxito S.A., diante de oscilação atípica dos negócios com a ação de emissão da Companhia.

PROPOSTA:

Pagar à CVM, em parcela única, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

PARECER DA PFE/CVM:

SEM ÓBICE

PARECER DO COMITÊ:

ACEITAÇÃO

PARECER DO COMITÊ DE TERMO DE COMPROMISSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM 19957.000803/2023-98

PARECER TÉCNICO

1. Trata-se de proposta de Termo de Compromisso apresentada por **GUILLAUME MARIE DIDIER GRAS** (doravante denominado “GUILLAUME GRAS” ou “PROPONENTE”), na qualidade de Diretor de Relações com Investidores (“DRI”) da Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD” ou “Companhia”), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador (“PAS”) instaurado pela Superintendência de

Relações com Empresas ("SEP"), no qual não existem outros acusados.

DA ORIGEM^[3].

2. O Termo de Acusação ("TA") originou-se do Processo CVM nº 19957.010748/2022-63, instaurado pela SEP, com o objetivo de analisar os fatos relacionados à notícia dando conta de plano de venda do Grupo Éxito.

3. O objeto da acusação consistiu no não cumprimento, pelo DRI da CBD, de regras concernentes à divulgação de informações por companhias abertas, com eventuais indícios de perda do controle da informação, incluindo oscilações atípicas nos negócios com ações de emissão da Companhia realizados no pregão da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") de 5/9/2022.

DOS FATOS

4. Em 10/8/2022, foi veiculada, no sítio eletrônico de um jornal de grande circulação, notícia intitulada "*GPA traça plano para a venda de Grupo Éxito em até dois anos*" ("Notícia"), reproduzindo reportagem publicada por plataforma de notícias em tempo real, às 10h40 do dia 9/8/2022.

5. Ainda no dia 10/8/2022, a SEP solicitou ao DRI da CBD que se manifestasse sobre a veracidade das informações constantes da Notícia, e, em caso afirmativo, que (i) prestasse esclarecimentos adicionais a respeito do assunto; e (ii) informasse os motivos pelos quais entendeu não se tratar o assunto de Fato Relevante ("FR"), nos termos da RCVM 44.

6. No mesmo dia 10/8/2022, às 19h38, considerando a Notícia, a Companhia - uma companhia aberta com sede na Colômbia, da qual o GPA é o acionista controlador direto - divulgou FR informando que estava avaliando projetos estratégicos e realizando estudos preliminares para segregação dos negócios do GPA e do Éxito.

7. Em resposta à SEP, em 11/8/2022, a Companhia apresentou Comunicado ao Mercado acerca do referido FR, "*após o alinhamento necessário com o seu acionista controlador, Casino, e sua controlada, Éxito, em razão de ambas serem companhias abertas com obrigações de divulgação em suas respectivas jurisdições*", acrescentando que "*acompanhou a movimentação do mercado com atenção e verificou que não houve oscilação atípica, ou de qualquer forma significativa, na cotação das ações de emissão da Companhia em razão da notícia objeto do Ofício*".

8. Em 5/9/2022, às 16h17, a B3 enviou ofício à CBD questionando o DRI a respeito de quaisquer fatos que pudessem justificar as oscilações atípicas verificadas nos negócios com ações de emissão da Companhia durante o pregão daquele dia.

9. Também em 5/9/2022, às 18h26, a Companhia divulgou ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada no mesmo dia, a partir das 10h45, cuja ordem do dia consistia em divulgar resultado dos estudos preliminares para segregação dos negócios da Companhia e da sua controlada, e, ato contínuo, autorizar a administração da Companhia a dar continuidade aos estudos e "*iniciar a preparação da implementação da Transação, bem como a tomar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, incluindo todas as providências para a criação dos programas de Brazilian Depositary Receipts patrocinados Nível II ("BDRs") e American Depositary Receipts nível 2 ("ADRs"), ambos lastreados em ações ordinárias de emissão do Éxito*".

10. Ainda em 5/9/2022, às 18h28, a Companhia divulgou FR comunicando as deliberações da RCA no sentido de aprovar a continuidade dos estudos e a preparação da implementação da Transação, conforme mencionado no parágrafo acima.

11. Às 19h06 do mesmo dia, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado contendo apresentação a analistas e agentes de mercado sobre potencial transação de distribuição de ações do Éxito aos acionistas da CBD por meio de ADRs.

12. Em 6/9/2022, a CBD divulgou Comunicado ao Mercado em resposta ao ofício da B3, alegando não ter *“conhecimento de nenhum outro fato específico ou ato relevante que justifique as últimas oscilações registradas com as ações de emissão da Companhia, o número de negócios e quantidade negociada”*, tampouco *“qualquer fato que não tenha sido devidamente divulgado ao mercado ou não seja de conhecimento público que possa ter justificado a movimentação de referidas ações nos pregões da B3 acima mencionados”*.

13. No dia 17/10/2022, a SEP solicitou ao DRI da CBD novos esclarecimentos sobre o assunto, o qual respondeu no sentido de que teria acompanhado as oscilações havidas no dia 5/9/2022, e, diante da atipicidade verificada, teria aguardado o encerramento e resultado da RCA, *“para realizar o alinhamento do conteúdo da minuta de fato relevante com Éxito e com seu acionista controlador, o Casino Guichard Perrachon”*, o que teria resultado na divulgação do FR às 18h28.

14. Em sua manifestação, GUILLAUME GRAS destacou que a formalização da RCA da mesma data encerrou-se às 12h. No entanto, outra reunião, esta do Conselho de Administração da controlada Almacenes Éxito S.A., estava com término sendo aguardado pelo DRI, o que de fato aconteceu às 16h04.

15. Nessa esteira, GUILLAUME GRAS citou também em sua resposta que entendia ter sido dado *“cumprimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e à Resolução CVM nº 44/21 com a divulgação do Fato Relevante após o alinhamento do teor da divulgação entre as três companhias listadas (GPA, Éxito e Casino)”*, e que, segundo mencionou, seria *“essencial em uma operação envolvendo companhias com obrigações de divulgação em seus respectivos países, de forma a não prejudicar os investidores em nenhuma das jurisdições.”*

DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

16. De acordo com a SEP:

a) o peso do Grupo Éxito na CBD, em algumas rubricas, chega a 60%, e tal relevância refletiu-se nos negócios com a ação de emissão da CBD (Pão de Açúcar ON - PCAR3) no pregão da B3 de 5/9/2022, data em que foi realizada a RCA que autorizou a Administração a levar o negócio adiante, iniciada às 10h45min e encerrada, segundo o DRI, às 12h (os negócios entraram em padrões atípicos a partir de 12h01, em relação a preços, e 12h05, no que diz respeito à quantidade negociada;

b) as variações do Índice Bovespa - Ibovespa - e de ações de companhias listadas na B3 do setor supermercados não foram tão significativas no mesmo dia quanto a variação da PCAR3 (a questão central consistiu no fato de que a RCA mencionada se encerrou às 12h, e o FR informando a decisão só veio a ser divulgado à 18h28 do mesmo dia);

c) a justificativa da espera para que a RCA do Éxito fosse concluída não prospera, uma vez que o grupo colombiano é controlado em 95,57% pela CBD (nesse sentido, caberia a divulgação imediata das informações disponíveis naquele momento, destacando-se a pendência de aprovação formal pelo conselho do Éxito);

d) quanto à necessidade de alinhamento com o Grupo Casino, sendo igualmente controlador da CBD (e indiretamente do Éxito), certamente estava a par da

deliberação a ser realizada e de seu provável resultado, de maneira que um eventual comunicado deveria estar preparado para imediata e simultânea divulgação; e

e) portanto, com base na importância do Grupo Éxito para a CBD (e dos indicadores expostos), conclui-se que a oscilação atípica de preços e quantidades negociadas da ação PCAR3 em 5/9/2022 decorreu de vazamento de decisão emanada de RCA realizada na mesma data, não tendo se identificado razões para que o DRI da Companhia aguardasse seis horas e meia para divulgar FR esclarecendo o motivo da movimentação, de maneira a evitar ou mitigar assimetria de informação.

DA RESPONSABILIZAÇÃO

17. Ante o exposto, a SEP propôs a responsabilização de GUILLAUME GRAS, na qualidade de DRI da CBD, por infração, em tese, ao disposto no art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/1976, e aos artigos 3º e 6º, parágrafo único, da RCVM 44, ao não divulgar tempestivamente FR informando a aprovação, em RCA realizada em 5/9/2022, de autorização à administração da Companhia para dar continuidade aos estudos e iniciar a preparação da implementação de operação de segregação de negócios da controlada Almacenes Éxito S.A., bem como a tomar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, diante de oscilação atípica dos negócios com a ação de emissão da Companhia.

DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO

18. Após ser devidamente intimado, o PROPONENTE apresentou suas razões de defesa, bem como proposta de celebração de Termo de Compromisso, na qual propôs pagar à CVM o valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), em parcela única, a título de indenização referente aos danos difusos, em tese, causados na espécie.

DA MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA (PFE-CVM)

19. Em razão do disposto no art. 83 da Resolução CVM nº 45/21 (“RCVM 45”), conforme PARECER n. 00107/2023/GJU - 1/PFE-CVM/PGF/AGU e respectivos Despachos, a Procuradoria Federal Especializada junto à CVM (“PFE/CVM”) apreciou, à luz do disposto no art. 11, §5º, incisos I e II, da Lei nº 6.385/76, os aspectos legais da proposta de Termo de Compromisso apresentada, tendo opinado **pela inexistência de óbice jurídico à celebração de Termo de Compromisso**.

20. Em relação aos incisos I (**cessação da prática**) e II (**correção das irregularidades**) do §5º do art. 11 da Lei nº 6.385/76, a PFE/CVM destacou que:

“Com relação ao primeiro requisito normativo previsto no art. 11, § 5º, inc. I, da Lei nº 6.385/1976, analisando-se a conduta do acusado apontada como violadora do art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 e dos artigos 3º e 6º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 44/2021, **a divulgação tempestiva de fato relevante deixou de ser realizada em momento certo e determinado, na medida em que a companhia não procedeu imediatamente à divulgação de fato relevante de seu conhecimento, sendo de resultado jurídico e exaurimento imediato, razão pela qual há de se entender que houve cessação da prática**, estando atendido assim o requisito previsto no art. 11, § 5º, inc. I, da Lei nº 6.385/1976.

(...)

Quanto à correção de irregularidades apontadas, requisito insculpido no art. 11, § 5º, inc. II, da Lei nº 6.385/1976, **a proposta contempla o pagamento de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), em parcela única.**

Pontua-se que, **embora, na espécie, não tenha sido indicada a ocorrência de prejuízos mensuráveis, com possível identificação dos investidores lesados, a falha na prestação de informações viola** um dos princípios fundamentais que norteia o mercado de capitais brasileiro, qual seja, **o *full and fair disclosure***, garantidor da confiabilidade no ambiente do mercado.

Eventuais valores pagos à CVM deverão se dar a título de indenização pelos danos difusos impingidos ao mercado de valores mobiliários como um todo, decorrentes da conduta objeto da apuração, e estão inseridos no aspecto de desestímulo à prática de ilícitos, a serviço das finalidades preventiva e educativa do instituto, que devem ser observadas na resposta regulatória para a prática de infrações, seja ela consensual ou imperativa”. **(Grifado)**

DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO

21. O Comitê de Termo de Compromisso (“CTC”), em reunião realizada em 15/8/2023^[4], ao analisar a proposta de Termo de Compromisso apresentada por **GUILLAUME MARIE DIDIER GRAS**, tendo em vista: (i) o disposto no art. 83 c/c o art. 86, *caput*, da RCVM 45; e (ii) o fato de a Autarquia já ter celebrado Termo de Compromisso em casos de divulgação inadequada de FR, como, por exemplo, no PAS 19957.007830/2021-20 (decisão do Colegiado em 14/7/2022, disponível em https://conteudo.cvm.gov.br/decisoes/2022/20220719_R1/20220719_D2653.html)^[5], entendeu que seria possível discutir a viabilidade de um ajuste para o encerramento antecipado do caso em tela. Assim, consoante faculta o disposto no art. 83, §4º, da RCVM 45, o Comitê decidiu negociar as condições da proposta apresentada.

22. Assim, e considerando, em especial, (i) o disposto no art. 86, *caput*, da RCVM 45; (ii) as negociações realizadas pelo Comitê em casos similares com propostas de ajuste aprovadas pelo Colegiado da CVM, como o acima citado; (iii) a condição da Companhia entre os emissores de valores mobiliários e o seu grau de dispersão acionária; (iv) o fato de a conduta ter sido praticada após a entrada em vigor da Lei nº 13.506/17, e de existirem novos parâmetros balizadores para negociação de solução consensual para este tipo de conduta; (v) o histórico do PROPONENTE^[6], que não consta como acusada em outros PAS instaurados pela CVM; e (vi) que a irregularidade, em tese, se enquadra no Grupo II do Anexo 63 da RCVM 44, o Comitê propôs o aprimoramento da proposta apresentada, com assunção de obrigação pecuniária, em parcela única, no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

23. Tempestivamente, o PROPONENTE manifestou sua concordância com os termos de ajuste propostos pelo Comitê.

DA DELIBERAÇÃO FINAL DO COMITÊ DE TERMO DE COMPROMISSO

24. O art. 86 da Resolução CVM nº 45/21 estabelece que, além da oportunidade e da conveniência, há outros critérios a serem considerados quando da apreciação de propostas de Termo de Compromisso, tais como a natureza e a gravidade das infrações objeto do processo, os antecedentes^[7] e a colaboração de boa-fé dos acusados ou investigados e a efetiva possibilidade de punição no caso concreto.

25. Nesse tocante, há que se esclarecer que a análise do Comitê é pautada pelas grandes circunstâncias que cercam o caso, não lhe competindo apreciar o mérito e os argumentos próprios de defesa, sob pena de convolar-se o instituto de Termo de Compromisso em verdadeiro julgamento antecipado. Em linha com orientação do Colegiado, as propostas de termo de compromisso devem contemplar obrigação que venha a surtir importante e visível efeito paradigmático junto aos participantes do mercado de valores mobiliários, desestimulando a prática de condutas semelhantes.

26. Assim, e após êxito em fundamentada negociação com o PROPONENTE, o Comitê, por meio de deliberação ocorrida em 5/9/2023^[8], entendeu que o encerramento do presente caso por meio da celebração de Termo de Compromisso, **com assunção de obrigação pecuniária, em parcela única, junto à CVM, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)** para GUILLAUME GRAS, afigurar-se-ia conveniente e oportuno, eis que ensejaria desfecho adequado e suficiente, inclusive à luz do tratamento do assunto na apreciação de casos semelhantes anteriores, para desestimular práticas semelhantes, em atendimento à finalidade preventiva do instituto de que se cuida, inclusive por ter a CVM, entre os seus objetivos legais, a promoção da expansão e do funcionamento eficiente do mercado de capitais (art. 4º da Lei nº 6.385/76), que está entre os interesses difusos e coletivos no âmbito de tal mercado.

DA CONCLUSÃO

27. Em razão do acima exposto, por meio de deliberação ocorrida em 5/9/2023^[9], o Comitê de Termo de Compromisso decidiu opinar junto ao Colegiado da CVM pela **ACEITAÇÃO** da proposta de Termo de Compromisso apresentada por **GUILLAUME MARIE DIDIER GRAS**, sugerindo a designação da Superintendência Administrativo-Financeira para o atesto do cumprimento da obrigação pecuniária assumida.

Parecer Técnico finalizado em 23/10/2023.

[1] Art. 157. (...) § 4º Os administradores da companhia aberta são obrigados a comunicar imediatamente à bolsa de valores e a divulgar pela imprensa qualquer deliberação da assembléia-geral ou dos órgãos de administração da companhia, ou fato relevante ocorrido nos seus negócios, que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado de vender ou comprar valores mobiliários emitidos pela companhia.

[2] Art. 3º Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores enviar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e, se for o caso, às entidades administradoras dos mercados em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

Art. 6º Ressalvado o disposto no parágrafo único, os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da companhia.

Parágrafo único. As pessoas mencionadas no **caput** ficam obrigadas a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados.

[3] As informações apresentadas neste parecer até o capítulo denominado “Da Manifestação da Área Técnica” correspondem a relato resumido do que consta no termo de acusação elaborado pela SEP.

[4] Deliberado pelos membros titulares de SGE, SPS, SNC, SSR e SMI.

[5] Trata-se de proposta de termo de compromisso apresentada por DRI de companhia aberta, no âmbito de Processo Administrativo Sancionador (“PAS”) instaurado pela SEP, por infração, em tese, ao disposto no art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/1976, e nos arts. 3º, 4º, parágrafo único, e 6º, parágrafo único, da então vigente Instrução CVM nº 358/2002. O TC foi firmado pelo montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em parcela única.

[6] GUILLAUME GRAS não consta como acusado em outros processos sancionadores instaurados pela CVM (Fonte: Sistema de Inquérito - INQ e Sistema Sancionador Integrado - SSI da CVM. Acesso em 20/10/2023).

[7] Vide Nota Explicativa (NE) 6.

[8] Deliberado pelos membros titulares de SGE, SPS, SNC, SSR e pelo substituto de SMI.

[9] Vide NE 8.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Guilherme de Paula Aguiar, Superintendente**, em 31/10/2023, às 13:47, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Gonçalves Ferreira, Superintendente**, em 31/10/2023, às 14:32, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Francisco Luiz de Alencar Passaro, Superintendente**, em 31/10/2023, às 15:02, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Simões Alves Pereira de Souza, Superintendente**, em 31/10/2023, às 16:17, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Pinheiro dos Santos, Superintendente Geral**, em 31/10/2023, às 18:09, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://super.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, informando o código verificador **1910819** e o código CRC **62BE3D93**.

*This document's authenticity can be verified by accessing https://super.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, and typing the "Código Verificador" **1910819** and the "Código CRC" **62BE3D93**.*